

**12ª Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da
Implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico
(GTI-Plansab)**

Data: 29 de novembro de 2016

Horário: 14h às 19h

Local: Sala 903 do Ministério das Cidades – Brasília/DF

Pauta

1. Informes;
2. Aprovação de ata;
3. Relatório Anual do Plansab, coleta de informações e atualização;
4. Apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião.

Participantes Titulares ou Suplentes

Ministério das Cidades: Ernani Ciríaco de Miranda

Casa Civil da Presidência da República: Paulo Alexandre de Toledo Alves

Ministério da Fazenda: Ricardo Coelho de Faria

Ministério da Saúde: Adriana Rodrigues Cabral

Caixa Econômica Federal: Luiz Alberto Nozaki Sugahara

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Laura Bedeschi Rego de Matos

Conselho Nacional de Saúde (CNS): Fernando Zasso Pigatto

Conselho Nacional de Recursos Hídricos: Julio Thadeu Silva Kettelhut

Conselho Nacional das Cidades (Concidades):

Empresários: Ana Lia de Castro

Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa: Darci Barnech Campani

Movimento Popular: Marcos Antônio Landa de Souza Organizações Não

Organizações não Governamentais: Aécio Barbosa de Oliveira

Poder Público Estadual: Nelma Maria Oliveira Lisboa

Poder Público Municipal: Silvio José Marques

Trabalhadores: Arilson Wunsch

Outros participantes

Ministério das Cidades (MCidades): Guilherme Pereira, Samuel Caprini, Tatiana Santana e Gláucia Sugai.

Ministério da Saúde: Camila Vicente Bonfim, Marcelly Daniel, Ruy Gomide Barreira.

Frente Nacional de Prefeitos: Eliene Otaviano da Rocha
Agência Nacional de Águas: Grace Benfica Matos
Confederação Nacional de Municípios: Cláudio Lins Lima

Memória

1. Abertura e informes

A 12ª reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico (GTI – PLANSAB) teve início às 14h e 30 min, presidida pelo Sr. Ernani Ciríaco de Miranda, Diretor do Departamento de Articulação Institucional do Ministério das Cidades – DARIN/SNSA/MCidades.

Informou-se que na reunião anterior foram colhidas opiniões dos representantes das instituições integrantes do GTI – Plansab acerca da elaboração do Relatório Anual de Avaliação do Plansab referente ao ano de 2015. Ainda, manifestaram-se os presentes, naquela oportunidade, sobre a metodologia que seria desenvolvida, optando-se pela inclusão dos governos estaduais no rol das entidades a quem o questionário de avaliação seria encaminhado.

Comunicou-se que esta reunião foi agendada para novembro em razão da previsão do Regimento do GTI – Plansab de acompanhar preferencialmente as reuniões do Conselho das Cidades.

2. Aprovação da Ata da 11ª Reunião

Foi apresentada a ata da 11ª reunião, aprovada por unanimidade.

3. Relatório anual de avaliação do Plansab

Informou-se que a CGU tem acompanhado a publicação de calendário de reuniões do GTI-Plansab e das atas no site do Ministério das Cidades. Aguarda-se, contudo, a aprovação do Calendário do Conselho das Cidades para posterior designação das reuniões do GTI nos termos do artigo 7º de seu Regimento Interno.

Informou-se que o cronograma para a elaboração do relatório Anual de avaliação do Plansab está sendo cumprido, pretendendo-se que ele seja publicado em março de 2017. Para tanto, a finalização da primeira versão deverá acontecer no final de janeiro próximo, contando-se com a participação dos integrantes do GTI na análise dele no decorrer do mês de fevereiro de 2017, mesmo que seja à distância, com comunicações por e-mail, para fechamento do texto.

Expôs-se na reunião a preparação de vários quadros comparativos com os resultados nas cinco dimensões de avaliação do plano.

Infelizmente não se pôde ainda incorporar os dados fornecidos pela PNAD em razão de terem sido divulgados apenas na última sexta-feira.

Foram apresentadas para apreciação do grupo as tabelas e as planilhas com a avaliação dos cenários. Durante a apresentação do quadro de indicadores macroeconômicos verificou-se que alguns indicadores ainda estariam no cenário 1, mas outros indicadores como, por exemplo, os indicadores de taxa de inflação anual e do PIB se mostraram muito abaixo do previsto nos cenários, podendo impactar em outros indicadores. Poderá haver algumas dificuldades de enquadramento em apenas um dos três cenários. É interessante que na revisão do Plano os cenários sejam avaliados no intuito de realizar alguns ajustes e atualizações.

Em relação aos indicadores socioambientais verificou-se que três indicadores estão no cenário 2 e um indicador no cenário 3.

A metodologia adotada talvez não permita que se chegue a conclusões muito firmes sobre os cenários, segundo o representante da Abes, devendo haver a análise em conjunto dos cenários 1, 2 e 3. O crescimento do consumo, apesar de ser um fator de crescimento com reflexos econômicos, pode trazer algumas perspectivas negativas, conforme expôs o representante do Ministério da Fazenda, que se encarregará de verificar se há algum parâmetro mais adequado para avaliação dos cenários.

No tocante à avaliação dos cenários, realizada pela metodologia Delphi, contou com a participação de especialistas que responderam ao questionário. O resultado dessa avaliação para o ano de 2015 aproximou-se mais do cenário 2, segundo a pesquisa. É importante ressaltar que ainda no primeiro ano de avaliação, em 2014, já se encontrava no cenário 2.

Posteriormente, o Sr. Guilherme apresentou outros dados e indicadores que poderiam ser incluídos na avaliação.

Nas tabelas de avaliação das metas de cobertura urbana e rural de água, esgoto e resíduos, verificou-se uma pequena redução nos percentuais da Região Centro-Oeste e melhora dos percentuais na Região Norte, mantendo-se a média do percentual para o Brasil. Para a área rural, há que se levar em consideração o método e a quantidade da amostragem, sendo as diferenças regionais muito significativas.

No entanto, a conclusão é a de que o setor conseguiu alcançar e incorporar pelo menos o crescimento vegetativo da população. Para a efetiva evolução do percentual há que se destacar a necessidade de maiores investimentos.

Alguns dos indicadores propostos haviam sido amplamente discutidos com equipes do Ministério da Saúde. Cabe destacar a questão dos povos indígenas que por questões culturais não acompanhará a mesma meta utilizada para áreas urbanas. Nesses casos soluções alternativas podem se apresentar como mais viáveis e adequadas.

No que diz respeito aos resíduos sólidos, que foi o componente de saneamento em que menos se investiu, a região norte apresentou maior déficit na área rural. Em contrapartida, o número de municípios com a presença de lixões diminuiu. A cobrança pelos serviços também foi aprimorada, cuja meta para 2018 já foi alcançada.

Entendeu-se ser produtiva a comparação de todos os dados com as metas previstas para 2018, a fim de se verificar a possibilidade de cumprimento.

Para as medições no setor do abastecimento de água foram utilizados dados do Siságua e do SNIS, constatando-se evolução no Nordeste. A tendência preliminarmente verificada é a de cumprimento das metas para 2018, com exceção do fator intermitência, onde houve aumento. Isso se refletiu significativamente na Região Centro-Oeste e Sudeste.

No que se refere às perdas de água, houve fraca melhora de um ano para outro em termos gerais. Contudo, em algumas regiões o índice aponta a necessidade de ações mais efetivas.

Para as metas de tratamento de esgoto coletado houve melhora no índice Brasil em 2%, porém, o mesmo não aconteceu em algumas regiões. Para o próximo relatório poderá haver impacto nas metas de esgotamento sanitário em razão do BNDES não ter conseguido aprovar nenhum projeto de financiamento em 2016, por ausência de cumprimento de requisitos mínimos pelos proponentes.

Em relação ao valioso auxílio do Ministério da Saúde foram de basilar importância as discussões acerca da avaliação de indicadores auxiliares, tais como: taxa de mortalidade infantil em menores de 5 anos, taxa de internação por diarreia e gastroenterite, e a incidência de mosquito *Aedes Aegypti* com relação à limpeza urbana, coleta e destinação final de resíduos sólidos.

Houve, ainda, a discussão dos dados do LIRA, como indicador ou como parâmetro para servir de base de apuração, bem como acerca do saneamento básico nas aldeias indígenas, e a gestão de riscos e resposta a desastres mediante a dificuldade de monitoramento da qualidade do sistema de drenagem.

Enfocou-se, ademais, a eficiência energética do abastecimento de água.

A Sra. Tatiana apresentou a avaliação preliminar do programa 2068 do PPA que têm ações em saneamento, avaliação das metas e dados gerais dos investimentos

e teceu importantes comentários sobre outros programas do PPA que também possuem ações em saneamento, para demonstrar a existência de interesse em incluir informações de outros programas que sejam pertinentes.

Posteriormente, tratou-se da questão afeta às macrodiretrizes e estratégias, bem como as respostas às consultas feitas aos órgãos federais e governos estaduais.

Apenas dois estados da federação deixaram de responder ao questionário, Pernambuco e Piauí, sendo a consulta considerada relativamente exitosa. No entanto, por ocasião da consolidação das respostas foram constatadas algumas inconsistências que necessitam de maior investigação junto aos entes prestadores.

4. Encaminhamentos

O grupo acordou em realizar a avaliação da versão preliminar do relatório à distância durante o mês de fevereiro de 2017 com vista à sua aprovação em março de 2017. Poderão ser encaminhadas sugestões e comentários por e-mail para a SNSA.

Na próxima reunião, que provavelmente acontecerá em abril de 2017, se proporá a formalização da aprovação do relatório.

Tendo em vista a alteração de alguns representantes, pediu-se a oficialização de suas indicações.